

Inquérito Civil Público n. 06.2018.00006234-5

Objeto: apurar eventual irregularidade ou ilegalidade no pagamento de diárias aos Vereadores Luiz Carlos Fernandes e Roni Antonio da Silveira pela Câmara de Vereadores de São Joaquim/SC, para viagem de ambos ao Município de Chapecó/SC, sem comprovação da finalidade pública ou sua vinculação com o Município de São Joaquim

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

n. 0015/2019/02PJ/SJA

○ **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA**

CATARINA, pelo Promotor de Justiça **Gilberto Assink de Souza**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no art. 127, *caput*, e art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal; no art. 97, parágrafo único, da Constituição Estadual; no art. 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85 e nos arts. 25 a 36 do Ato n. 395/2018/PGJ; e **RONI ANTONIO DA SILVEIRA**, brasileiro, casado, vereador, natural de São Joaquim/SC, nascido em 28/04/1962, RG n. 3.444.219, CPF n. 417.873.669-87, filho de Luiz Antonio da Silveira e Maura Rosalina da Silveira, residente na Rua Pedro Albino, 91, Bairro Nossa Senhora Aparecida, São Joaquim/SC, telefone 49 99113-2484, e-mail: vereadorroni@camarasaojoaquim.sc.gov.br; e, **LUIZ CARLOS FERNANDES**, brasileiro, casado, vereador, natural de São Joaquim/SC, nascido em 29/10/1966, RG n. 1.629.328, CPF n. 590.326.939-72, filho de Nereu Silvestri Fernandes e Lúcia Maria Fernandes, residente na Rua Aristides Cassão, 73, Centro, São Joaquim/SC, telefone 49 99111-3671, e-mail: luizcarlos-p10@hotmail.com, doravante denominados COMPROMISSÁRIOS; diante das constatações e informações reunidas no **Inquérito Civil Público n. 06.2018.00006234-5**, resolvem celebrar o presente

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
- conduta configuradora de ato de improbidade administrativa -

consoante fundamentos e cláusulas estabelecidas na sequência:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, nos arts. 26 e 27 da Lei Federal n. 8.625/93 [Lei Orgânica Nacional do Ministério Público] e nos arts. 82 e 83 da Lei Complementar Estadual n. 197/00 [Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina];

CONSIDERANDO que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, consoante dispõe o artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Lei n. 8.429/92 disciplina as condutas caracterizadoras de atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito [art. 9º], causam dano ao erário [art. 10] ou atentam contra os Princípios Norteadores da Atividade Administrativa [art. 11];

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 1º da Resolução n. 179 do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 25 do Ato n. 395/2018/PGJ do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o *"Compromisso de Ajustamento de Conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração"*;

CONSIDERANDO que o §2º do art. 25 do Ato n. 395/2018/PGJ e o §2º do art. 1º da Resolução n. 179 do Conselho Nacional do Ministério Público permitem a celebração de compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses caracterizadoras de improbidade administrativa, desde que seja assegurado o ressarcimento dos danos eventualmente causados ao erário, bem como sejam aplicadas uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato ímprobo cometido;

CONSIDERANDO que a celebração de compromisso de ajustamento de conduta é autorizada inclusive no curso de ação judicial, oportunidade em que o acordo será submetido à homologação pelo juízo competente, nos termos do art. 27, §1º,

do Ato n. 395/2018/PGJ e do art. 3º da Resolução n. 179 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO a instauração do Inquérito Civil Público n. 06.2018.00006234-5, com o propósito de *"apurar eventual irregularidade ou ilegalidade no pagamento de diárias aos Vereadores Luiz Carlos Fernandes e Roni Antonio da Silveira pela Câmara de Vereadores de São Joaquim/SC, para viagem de ambos ao Município de Chapecó/SC, sem comprovação da finalidade pública ou sua vinculação com o Município de São Joaquim"*;

CONSIDERANDO que após a conclusão das investigações, com a análise das provas, elementos, indícios, documentos, informações e depoimentos colhidos no procedimento acima referido, apurou-se que que **Roni Antonio da Silveira e Luiz Carlos Fernandes** causaram dano ao erário do Município de São Joaquim/SC, em razão do recebimento, através da Câmara de Vereadores do Município de São Joaquim/SC, de diárias para realização de viagem até o Município de Chapecó/SC, sem comprovação da finalidade pública ou sua vinculação com o Município de São Joaquim/SC, ocasião em que participaram de evento privado;

CONSIDERANDO que *"constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres"* de entidades públicas, nos termos do art. 10, *caput*, da Lei n. 8.429/92;

CONSIDERANDO que *"constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições"*, nos termos do art. 11, *caput*, da Lei n. 8.429/92;

CONSIDERANDO que *"ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano"* [art. 5º da Lei n. 8.429/92];

CONSIDERANDO que a Câmara de Vereadores do Município de São Joaquim, em 20 de março de 2017, efetuou o gasto de R\$ 1.200,00 [mil e duzentos reais]

com o pagamento de 1,5 diária aos vereadores Roni Antonio da Silveira e Luiz Carlos Fernandes [conforme Notas de empenho e documentos de fls. 38-72];

CONSIDERANDO que os investigados manifestaram interesse em solucionar o caso de forma extrajudicial, evitando, com isso, a necessidade do ajuizamento de ação de responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que *"na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente"*, nos termos do parágrafo único do art. 12 da Lei n. 8.429/92;

CONSIDERANDO que o responsável pelo ato de improbidade administrativa está sujeito às sanções previstas no art. 12, incisos I, II e III, da Lei n. 8.429/92, os quais podem ser aplicados isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, razão pela qual a punição do agente público ou político ímprobo deve ser proporcional à gravidade da sua conduta (intensidade do dolo), às consequências jurídicas do ato (montante do proveito econômico auferido e/ou do dano causado ao erário), à repercussão e ao grau de reprovabilidade sociais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 12, inciso II, da Lei n. 8.429/92, e levando-se em conta a gravidade dos fatos cometidos e da conduta dos agentes, a extensão do dano [de pequena monta] e o proveito patrimonial, tem-se que a aplicação cumulada e imediata das penas de **reparação dos danos** [com correção monetária] e de **multa civil correspondente a 1 vez o valor do dano** são suficientes para alcançar o caráter punitivo e pedagógico da sanção;

RESOLVEM CELEBRAR o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fundamento no art. 5º, §6º, da Lei 7.347/85 e art. 86 da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público [Lei Complementar n. 197/2000], mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto

Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por

objeto compelir extrajudicialmente **Roni Antonio da Silveira e Luiz Carlos Fernandes** a reparar o dano causado ao erário do Município de São Joaquim/SC / Câmara de Vereadores do Município de São Joaquim/SC, bem como a pagar multa civil, em decorrência da prática de ato de improbidade administrativa que gerou dano ao erário e atentou contra os Princípios da Administração Pública, previsto no art. 10, *caput*, c/c art. 11, *caput*, da Lei n. 8.429/92, evitando-se, com isso, a judicialização do caso.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da reparação do dano

Item 01. O COMPROMISSÁRIO **Roni Antonio da Silveira**, a fim de reparar o **dano** causado ao erário municipal, compromete-se em restituir o valor de **R\$ 690,93 [seiscentos e noventa reais e noventa e três centavos]** aos Cofres do Município de São Joaquim / Câmara de Vereadores do Município de São Joaquim/SC, correspondente ao valor atualizado do dano ao erário [correção pela taxa SELIC – consulta no site da Corregedoria-Geral de Justiça], o qual será pago em 3 [três] parcelas de R\$ 230,31 [duzentos e trinta reais e trinta e um centavos], a primeira com vencimento em 21/06/2019, e as demais na mesma data dos meses subsequentes;

Item 02. O COMPROMISSÁRIO **Luiz Carlos Fernandes**, a fim de reparar o **dano** causado ao erário municipal, compromete-se em restituir o valor de **R\$ 690,93 [seiscentos e noventa reais e noventa e três centavos]** aos Cofres do Município de São Joaquim / Câmara de Vereadores do Município de São Joaquim/SC, correspondente ao valor atualizado do dano ao erário [correção pela taxa SELIC – consulta no site da Corregedoria-Geral de Justiça], o qual será pago em 3 [três] parcelas de R\$ 230,31 [duzentos e trinta reais e trinta e um centavos], a primeira com vencimento em 21/06/2019, e as demais na mesma data dos meses subsequentes;

Item 03. O *quantum* deverá ser recolhido em favor dos cofres do Município de São Joaquim/SC / Câmara de Vereadores do Município de São Joaquim/SC, mediante depósito direto na conta bancária do Ente Público/Câmara ou através de pagamento via boleto bancário/guia de recolhimento a ser obtido diretamente na Prefeitura Municipal ou Câmara de Vereadores;

Item 04. Os COMPROMISSÁRIOS comprometem-se a promover a juntada nesta Promotoria de Justiça, em até 5 dias úteis após o pagamento, de cópias dos comprovantes de pagamento ou de depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da multa civil [art. 12, inciso II, da Lei n. 8.429/92]

Item 01. O COMPROMISSÁRIO **Roni Antonio da Silveira** compromete-se em efetuar o pagamento de **multa civil** no importe de 1 [uma] vez o valor do dano causado, ou seja, **R\$ 600,00 [seiscentos reais]**, o qual será pago em 3 [três] parcelas de R\$ 200,00 [duzentos reais], a primeira com vencimento em 21/09/2019, e as demais na mesma data dos meses subsequentes, a ser revertido ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), do Estado de Santa Catarina, previsto no artigo 13 da Lei n. 7.347/85 e criado pelo Decreto Estadual n. 1.047/87, mediante expedição boleto bancário;

Item 02. O COMPROMISSÁRIO **Luiz Carlos Fernandes** compromete-se em efetuar o pagamento de **multa civil** no importe de 1 [uma] vez o valor do dano causado, ou seja, **R\$ 600,00 [seiscentos reais]**, o qual será pago em 3 [três] parcelas de R\$ 200,00 [duzentos reais], a primeira com vencimento em 21/09/2019, e as demais na mesma data dos meses subsequentes, a ser revertido ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), do Estado de Santa Catarina, previsto no artigo 13 da Lei n. 7.347/85 e criado pelo Decreto Estadual n. 1.047/87, mediante expedição boleto bancário;

Item 03. Os boletos bancários referidos nos itens anteriores serão remetidos aos endereços eletrônicos dos COMPROMISSÁRIOS: vereadorroni@camarasaojoaquim.sc.gov.br e luizcarlos-p10@hotmail.com;

Item 03. Os COMPROMISSÁRIOS comprometem-se a promover a juntada nesta Promotoria de Justiça, em até 5 dias úteis após o pagamento, de cópia dos comprovantes de pagamento dos boletos bancários.

CLÁUSULA QUARTA – Das multas em caso de descumprimento e da execução

Item 01. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas, os COMPROMISSÁRIOS estarão sujeitos às seguintes multas, que deverão ser reajustadas mensalmente pelo INPC ou índice equivalente, a serem revertidas para o **FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS**, criado pelo Decreto Estadual n. 10.047, de 10.12.87, conforme art. 13 da Lei 7.347/85, mediante expedição futura de boleto

bancário, definidas na tabela abaixo:

Cláusula descumprida	Valor da Multa	Referência
Cláusula Segunda	R\$ 20,00	Por dia de atraso.
Cláusula Terceira	R\$ 20,00	Por dia de atraso.

Item 02. O não cumprimento do ajustado nos itens constantes nas Cláusulas Segunda e Terceira implicará no pagamento das multas referidas no item anterior, bem como na execução judicial das obrigações assumidas e protesto do título em cartório de notas;

Item 03. As multas acima estipuladas serão exigidas independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando os COMPROMISSÁRIOS constituída em mora com a simples ocorrência do evento ou vencimento dos prazos fixados.

Item 04. O atraso ou não pagamento de duas parcelas consecutivas ou 3 alternadas, seja da reparação do dano, seja da multa civil, conjuntamente consideradas, importará no vencimento automático de todas as demais parcelas, autorizando, com isso, a adoção imediata de medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

Item 05. As multas pecuniárias deverão ser recolhidas em favor do Fundo para Recuperação dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), criado pelo Decreto Estadual n. 10.047/87, conforme artigo 13 da Lei n. 7.347/85, mediante expedição futura de boleto bancário;

CLÁUSULA QUINTA – Da fiscalização do TAC

A fiscalização das cláusulas do presente compromisso de ajustamento de conduta será realizada pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, quando esgotados os prazos anteriormente previstos ou quando se fizer

necessário.

CLÁUSULA SEXTA – Das justificativas

Considerar-se-á como justificativa ao descumprimento das cláusulas ajustadas a ocorrência de caso fortuito ou força maior, que deverá ser formalmente relatado, justificado e comprovado, devendo os COMPROMISSÁRIOS comunicarem o Ministério Público no **prazo de 10 [dez] dias** após sua constatação.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da possibilidade de aditamento

As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA OITAVA – Da postura do Ministério Público

Item 01. O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA** compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor dos COMPROMISSÁRIOS, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta, inclusive procedendo eventual execução, no prazo de 60 [sessenta] dias, caso haja necessidade, nos termos do art. 33, *caput*, do Ato n. 395/2018/PGJ;

Item 02. O prazo que trata o item anterior poderá ser excedido se os COMPROMISSÁRIOS justificarem satisfatoriamente o descumprimento ou reafirmar suas disposição para o cumprimento, casos em que ficará a critério do Órgão do Ministério Público decidir pelo imediato ajuizamento da execução, pelo aditamento do compromisso ou pelo acompanhamento das providências adotadas pelo compromissário até o efetivo cumprimento deste compromisso de ajustamento de conduta, sem prejuízo da possibilidade de execução da multa [art. 33, §1º, do Ato n. 395/2018/PGJ];

CLÁUSULA NONA – Da abrangência do compromisso

Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão ou entidade fiscalizatória, nem limita ou impede o exercício, por eles, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, bem como não afasta, necessariamente, a eventual responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato, nem importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins que os estabelecidos expressamente neste compromisso.

CLÁUSULA DEZ – Da vigência.

O presente Termo entrará em vigor a partir da data de sua celebração e terá prazo determinado, perdurando até o integral pagamento dos valores constantes nas Cláusulas Segunda e Terceira.

CLÁUSULA ONZE – Da formação do título executivo extrajudicial

Este acordo tem natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração, na forma do art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85 e art. 784, incisos IV e XII, do Código de Processo Civil, sendo que o arquivamento do **Inquérito Civil Público n. 06.2018.00006234-5** será submetido à homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público, conforme determinado pelo art. 9º, §3º, da Lei n. 7.347/85.

São Joaquim/SC, 21 de maio de 2019.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE SANTA CATARINA**
Gilberto Assink de Souza
Promotor de Justiça
COMPROMITENTE

RONI ANTONIO DA SILVEIRA
COMPROMISSÁRIA

LUIZ CARLOS FERNANDES
COMPROMISSÁRIO

